



CONED

IV Congresso Nacional em Educação

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GARANTIR UMA MELHOR QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Maria da Conceição da Rocha
Rodrigues 1
Universidade potiguar
São José de Mipibu – Brasil
karenfernandesfe@gmail.com

Karinise da Silva Carvalho 2
Universidade Potiguar
São José de Mipibu – Brasil
karyenego2022@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade ressaltar a importância das políticas públicas dentro do contexto escolar, para garantir uma educação de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais. Proporcionando o desenvolvimento de aprendizagens significativas para os educandos com deficiência. Destacaremos o conceito de educação especial, procurando mostrar sua importância na inclusão dos discentes. Mostraremos a importância da fiscalização por parte dos órgãos governamentais, para que os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos. Destacaremos a importância que as políticas públicas têm na formação do professor, para assegurar que as metodologias aplicadas em sala de aula sejam eficazes, proporcionando uma melhor qualidade de ensino dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Aprendizagem, Inclusão, Aprendizagem Significativa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar a importância das políticas públicas para a oferta de melhores condições educacionais aos alunos com deficiência, proporcionando ao mesmo tempo uma aprendizagem eficaz e qualidade no ensino. Procuramos destacar a importância da educação especial para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma é importante destacar o conceito de educação especial. A educação especial consiste em:

“[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a

estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, 1994, p. 17).

Muitos alunos com necessidades educacionais especiais enfrentam diversas dificuldades na sala de aula. Muitas vezes isso se dá, devido falta de experiência do professor com alunos com deficiências, ou mesmo, pela falta de qualificação profissional dos docentes. Muitos professores não possuem especialização em educação inclusiva, dificultando dessa forma, o trabalho com as práticas pedagógicas necessárias para um bom desenvolvimento das metodologias aplicadas na sala de aula com esses alunos.

Destacamos também como um fator que interfere na educação dos alunos com deficiência, as formas de acessibilidade dos estabelecimentos ensino. Muitas escolas não estão preparadas para receber esses alunos, dificultando assim, o acesso a uma infraestrutura que atenda todas as dificuldades apresentadas por esses discentes. As políticas públicas entram nesse contexto, garantindo que todos os direitos desses alunos com necessidades educacionais especiais, sejam concedidos e cumpridos, proporcionando assim uma educação justa e igualitária para todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca para um melhor entendimento da temática discutida, iniciamos buscando destacar a importância das políticas públicas da área da Educação Inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial tem a finalidade de:

“Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Na proposta de uma educação inclusiva de qualidade, é essencial que todos os órgãos estejam comprometidos em assegurar melhores qualidades educacionais a esses alunos com algum tipo de deficiência, para que a educação desses discentes aconteça de forma correta e com êxito. Se esse direito da educação inclusiva estiver só no papel, e não houver uma maior fiscalização por parte desses órgãos governamentais que visam assegurar que os planos educacionais dessa modalidade de ensino estejam sendo cumpridos, não será possível que essa etapa educacional possa obter todo esse respaldo que dispõe. Isso devido ao grande número de governantes que apenas recebem as verbas e não as utilizam na área destinada. Dessa forma é necessário esse controle, para que os recursos financeiros destinados ao atendimento educacional especial sejam aplicados de forma correta.

“Não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno”. (BARRETA E CANAN ,2012, p. 2):

Os órgãos governamentais precisam dar uma maior atenção na fiscalização dos recursos destinados à Educação Inclusiva, verificando de diversas formas se os direitos estão sendo cumpridos de forma correta. É preciso que os governantes tenham consciência da importância da Educação Inclusiva e ampliem os recursos financeiros destinados às escolas, para que as mesmas possam garantir de forma eficaz, o acesso às diversas formas de acessibilidade a esses alunos com deficiência, melhorando suas infraestruturas e garantindo que atendimento seja adequado. Possibilitando desse modo, o atendimento das necessidades que cada discente possui.

“Art. 24: Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários”. (BRASIL, Decreto-lei 5296, 2004)

Dessa forma as políticas públicas garantem aos alunos com deficiência um melhor acesso ao sistema de ensino. Essas políticas voltadas para a perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecem objetivos para proporcionar o acesso, a participação e a

aprendizagem dos discentes com algum tipo de deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação, dentro dos estabelecimentos escolares. Elas têm o papel de orientar os sistemas escolares, para que os mesmos possam promover respostas as necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2008)

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva é fundamental para o desenvolvimento das potencialidades dos discentes com algum tipo de deficiência, garantindo assim aos mesmos, o acesso aos sistemas regulares de ensino. Para implementar essa política o governo federal apresentou alguns programas com o objetivo de atender o público da Educação Inclusiva. A portaria normativa número 13 de 24 de abril de 2007 estabeleceu que salas de recursos multifuncionais fossem implementadas nas escolas da rede pública. Garantindo as escolas, equipamentos tecnológicos de informática, móveis adaptados e também recursos pedagógicos que garantem melhores formas de acessibilidade aos discentes e ambientes organizados para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2007)

As formas como os currículos estão organizados, o acesso aos recursos educativos, que visam atender as necessidades educacionais dos discentes, são essenciais para que esses alunos possam desenvolver de forma cada vez mais significativa suas aprendizagens. Dessa forma o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura que os sistemas de ensino deverão atender aos educandos com necessidades educacionais especiais, garantindo:

“I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 2010, p. 44)

Diante dessa afirmação, observamos que as políticas públicas, por meio dos documentos elaborados para a perspectiva inclusiva, estabelecem e garantem professores capacitados para o atendimento do público da Educação Especial. Ela aborda a questão da formação dos professores, para que os mesmos possam atuar na Educação Inclusiva. É fundamental que o docente tenha como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos específicos, para que os mesmos possam exercitar sua docência, através dos estudos derivados da área da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

METODOLOGIA

Propusemos uma metodologia voltada para a pesquisa bibliográfica e documental, onde nos debruçamos sobre alguns teóricos e documentos que abordam a temática discutida.

Propomos a utilização da pesquisa bibliográfica, pois, de acordo com SANTOS (2001) esse tipo de investigação permite uma busca minuciosa dos estudos, garantindo uma redação eficaz do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos realizados, podemos destacar que as políticas públicas são fundamentais para os alunos que apresentam algum tipo de necessidade especial. Auxiliando no desenvolvimento de sua aprendizagem, para que obtenham melhores formas de acesso ao ensino ofertado nos estabelecimentos escolares.

Para promover a inclusão escolar, as políticas públicas na perspectiva inclusiva tornam-se uma peça fundamental para a educação desses alunos nas escolas. No entanto, as escolas precisam cumprir o seu papel e desenvolver de forma significativa o trabalho com o público da Educação Inclusiva.

É fundamental que esses estabelecimentos de ensino desenvolvam seu trabalho com equipes qualificadas, de modo a prever as dificuldades de aprendizagem dos alunos e contribuir para a melhoria do processo de aquisição de conhecimentos dos mesmos. Dessa forma a ideia de inclusão é uma proposta que atende a diferentes objetivos e interesses, no auge dos ideais humanitários, equipada para que instituições melhorem a nação e atendam às suas expectativas, o comportamento dos atores sociais que atuam em setores tem uma Personalização da estrutura histórica dos benefícios que emergem do tratamento (CHAUVIRÉ & FONTAINE, 2003, p. 10)

“O imperativo da inclusão, ao ganhar força por meio da mobilização de diferentes grupos sociais, exige do Estado a criação de políticas e ações inclusivas, ao mesmo tempo em que esse imperativo é assumido e produzido pelo Estado. (PROVIN, 2013, p. 104).

Como já foi discutido, as políticas públicas asseguram a qualificação dos profissionais da educação. Nesse contexto é fundamental que os professores tenham consciência, e procurem qualificação através da formação inicial e continuada, nos cursos de aperfeiçoamento e atualização, como também em especializações na área da Educação Inclusiva, contribuindo para o aperfeiçoamento das suas práticas pedagógicas e desenvolvimento de metodologias eficazes para o trabalho com esses discentes.

“No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional”. (MANTOAN, 2006, p. 54- 55)

Dessa forma, podemos constatar, que as políticas públicas da Educação Especial inclusiva, tem o compromisso de assegurar as ações e intervenções que visam proporcionar um melhor aprendizado para os alunos deficientes e que as mesmas contribuem para uma escola cada vez mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos argumentos aqui apresentados, concluímos que as políticas públicas são fundamentais para assegurar uma aprendizagem significativa e inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto, as políticas públicas inclusivas desempenham um papel bastante relevante quando o assunto é inclusão, pois, estas possuem a função de assegurar os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais. Garantindo que os mesmos, tenham acesso a uma educação inclusiva, com o objetivo de promover o desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos.

As políticas públicas colaboram para a garantia da formação e qualificação dos profissionais de educação, proporcionando que os mesmos desenvolvam melhores práticas metodológicas no ensino e na aprendizagem dos alunos com deficiência, promovendo qualidade no processo educacional dos mesmos.

Diante dessas considerações, frisamos a necessidade da fiscalização dos cumprimentos das leis que asseguram a Educação Inclusiva, para que esse público dessa modalidade de ensino tenham a oportunidade de obter êxito no seu processo educacional.

REFERÊNCIAS

BARRETTA, E. M.; CANAN, S. R. **Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais.** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181>. Acesso em: 17 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei N° 5296**, de 02 de dezembro de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei n. 9394/96.** 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** 2008. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em 23 de jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Portaria normativa n° 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília: MEC. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=. Acesso em 28 de jul. de 2012

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CHAUVIRÉ, Christiane & FONTAINE, Olivier. **Le Vocabulaire de Bourdieu.** Paris: Ellipses Édition Marketing S.A, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

PROVIN, Priscila. **Inclusão na universidade: estratégias para o ensino de “todos” no ensino superior.** In: Inclusão e biopolítica. FABRIS, Elí T. HENN & KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANTOS, A.R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 144p.